

## DECOMPOSIÇÃO DO EMPREGO FORMAL DOS GRANDES SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM REGIONAL<sup>1</sup>

### DECOMPOSITION OF FORMAL EMPLOYMENT OF THE GREAT SECTORS OF TRADE AND SERVICES IN BRAZIL: A REGIONAL APPROACH

(1) Denis Fernandes Alves | (2) William Eufrásio Nunes Pereira

(1) Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE). Mestre em Economia pelo (PPECO/UFRN). E-mail: denis\_fernandes@outlook.com

(2) Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO/UFRN). E-mail: wenpereira2014@gmail.com

Como citar: ALVES, D. F.; PEREIRA, W. E. N. Decomposição Do Emprego Formal Dos Grandes Setores De Comércio E Serviços No Brasil: Uma Abordagem Regional. **Revista Análise Econômica e Políticas Públicas**. v. 01, n. 01, p. 46 – 65. 2021.

**Resumo:** A relevância econômica dos grandes setores da economia de comércio e serviço, se sobressaem em períodos de crise. Trata de setores cujo dinamismo não está diretamente associado a qualificação da mão de obra ou mesmo de intensidade tecnológica como outros. Nesse sentido, objetivou-se analisar a decomposição setorial e as principais características que conformam a estrutura produtiva setorial nas regiões e nos estados brasileiros. O período de 2000 a 2017 foi fragmentado em três recortes temporais de modo a identificar o comportamento desses dois setores em momentos de crescimento econômico nacional ou de crise internacional. Para tanto, utilizou-se o método de *shift-share* aperfeiçoado de modo a explicar o comportamento da produção setorial pela decomposição dos fatores responsáveis pela variação da produção, que pode estar relacionada a um componente estrutural, ligado tanto a composição setorial das atividades da região em estudo, quanto do componente diferencial, ligado às vantagens locais comparativa. Os resultados mostraram que a configuração da estrutura produtiva regional sugere haver um momento favorável nos anos pós-2000 nos setores de comércio e serviços. Em vista que, se tratam de setores onde a facilidade de se especializar e se interiorizar é bem maior, além de requerer um menor custo inicial e mão de obra não qualificada. O setor de serviços é um caso à parte, observa-se um momento favorável nos anos 2000, que foi justamente no período de 2009-2017, ressaltando que em períodos de crise esse setor apresenta-se como saída para muitos, corroborando com a hipótese que norteou o estudo.

**Palavras-chaves:** Estrutura produtiva; Economia Regional; *Shift-share*; Comércio; Serviços.

**Abstrac:** A relevância econômica dos grandes setores da economia de comércio e serviço, se sobressaem em períodos de crise. Trata de setores cujo dinamismo não está diretamente associado a qualificação da mão de obra ou mesmo de intensidade tecnológica como outros. Nesse sentido, objetivou-se analisar a decomposição setorial e as principais características que conformam a estrutura produtiva setorial nas regiões e nos estados brasileiros. O período de 2000 a 2017 foi fragmentado em três recortes temporais de modo a identificar o comportamento desses dois setores em momentos de crescimento econômico nacional ou de crise internacional. Para tanto, utilizou-se o método de *shift-share* aperfeiçoado de modo a explicar o comportamento da produção setorial pela decomposição dos fatores responsáveis pela variação da produção, que pode estar relacionada a um componente estrutural, ligado tanto a composição setorial das atividades da região em estudo, quanto do componente diferencial, ligado às

<sup>1</sup> Esse estudo é proveniente de um recorte do trabalho de conclusão de curso de mestrado.

vantagens locacionais comparativa. Os resultados mostraram que à configuração da estrutura produtiva regional sugere haver um momento favorável nos anos pós-2000 nos setores de comércio e serviços. Em vista que, se tratam de setores onde a facilidade de se especializar e se interiorizar é bem maior, além de requerer um menor custo inicial e mão de obra não qualificada. O setor de serviços é um caso à parte, observa-se um momento favorável nos anos 2000, que foi justamente no período de 2009-2017, ressaltando que em períodos de crise esse setor apresenta-se como saída para muitos, corroborando com a hipótese que norteou o estudo.

**Palavras-chaves:** Estrutura produtiva; Economia Regional; *Shift-share*; Comércio; Serviços.

## 1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista da economia, a Economia Regional nada mais é do ramo de estudo que trata da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias (DUBEY, 1964; HADDAD et al., 1989).

Por isso a importância de estudos que versam sobre a Economia Regional. Estes devem analisar o fenômeno espacial como um processo que visa a alocação eficiente de recursos com fins alternativos, de forma convencional (HADDAD et al., 1989).

A economia regional é marcada por particularidades, dentre elas estão as características da estrutura produtiva de cada região. A heterogeneidade regional é uma característica estrutural brasileira, pois marca a desigualdade social e regional do território. Em termos de estrutura produtiva setorial, uma das faces da heterogeneidade regional que é a desigualdade regional compreende importantes elementos históricos, políticos, sociais e econômicos que fazem algumas regiões apresentarem maior dinamismo em termos de qualificação e integração do mercado nacional do que outras.

Particularmente, dentro cinco grandes setores da economia, considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o setor de comércio e o de serviços são considerados o “termômetro da economia”. Visto que um resultado positivo na geração de emprego desses setores compreende a um maior dinamismo, maior produtividade, maior poder de consumo da população o que, por sua vez, no papel de desenvolvimento regional está ligado a características de localização e aglomeração da atividade. Haddad et al. (1989) acredita que estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das atividades e as semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades auxiliam no processo de compreender a Economia Regional.

Nesse sentido, o uso de ferramentas adequadas para efeitos de política pública tem sido um desafio constante no que concerne a busca por redução das desigualdades regionais dentro da própria regionalização do território. Posto isto, a forma complexa de como é moldado o mercado de trabalho pela ótica intra regional, acaba por gerar reações distintas entre as regiões nos períodos de crescimento e crise econômica. Onde regiões mais ricas tendem a sair de crises de maneira mais rápida do que outras regiões menos desenvolvidas. Os contextos da Economia Regional, se inserem com base na compreensão dessas teorias e no entendimento da região sob o aspecto histórico-estrutural.

Posto isto, dado a relevância dos setores de comércio e serviços na geração de emprego nos últimos anos, como se pode identificar o comportamento dos fatores que causam as diferenças de crescimento entre às regiões? Ambos os setores reagem da mesma forma? Ou há algum desses com maior dinamismo na estrutura produtiva regional?

Diante do exposto, o objetivo geral desse artigo é de analisar a decomposição setorial e as principais características que conformam a estrutura produtiva setorial (comércio e serviços) nas regiões e nos estados brasileiros. O estudo parte da hipótese de que os setores mais produtivos e que necessitam de menos qualificação crescem de forma dinâmica em períodos de crise.

Além dessas considerações iniciais, o artigo conta com um referencial teórico acerca da Economia regional e sua relação com os setores de comércio e serviços, e sua importância na agenda de estudo de Economia Regional. Em seguida, é descrito os procedimentos metodológicos utilizados, seguido pelos resultados e discussão e considerações finais.

## **2 ECONOMIA REGIONAL VIS-À-VIS PAPEL DOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Em termos conceituais, Nasser (2000) considera que a Economia Regional constitui um ramo da teoria econômica que vem ganhando espaço cada vez maior na comunidade científica. A não inclusão da análise espacial nas teorias econômicas está intrinsecamente ligada à necessidade de simplificações e limitações de hipóteses e variáveis ou à complexidade das características dos elementos analisados nas teorias. Além disso, a crescente necessidade de se lidar com desigualdades regionais, controlando-as ou reduzindo-as, impulsionou em grande parte os estudos na área.

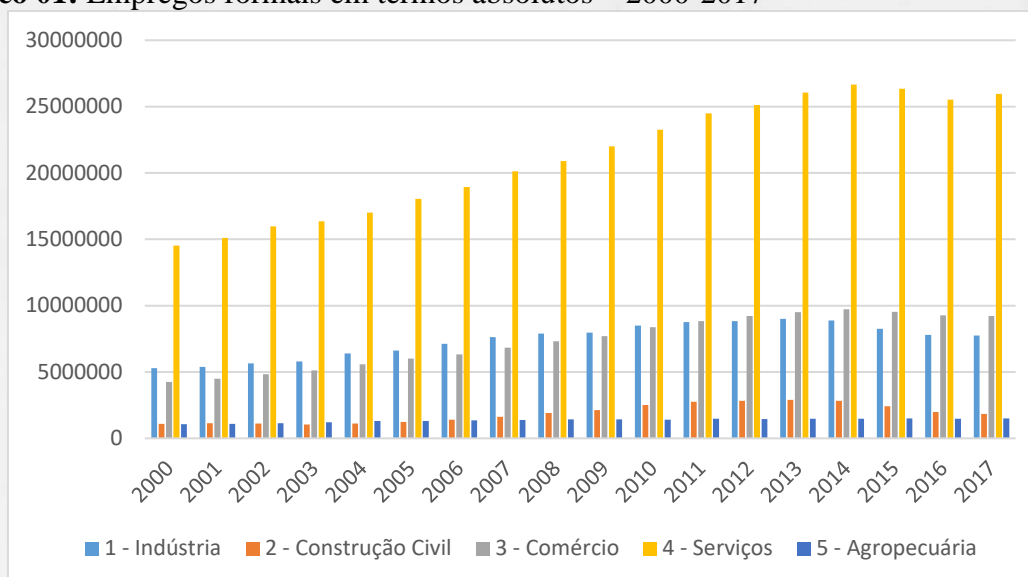
De maneira geral, Nasser (2000) afirma que as simplificações das teorias clássica e neoclássica reduzem a importância de problemas regionais. Com a flexibilidade de preços e salários ou a hipótese de equilíbrio de mercado, pouco relevantes se tornavam questões como custos de transportes e problemas locais de mão-de-obra e de recursos naturais.

A Economia Regional é marcada por particularidades, dentre elas estão as características da estrutura produtiva de cada região. Segundo Matteo (2013) o Brasil tem grandes diferenças de composição da atividade econômica em suas diversas regiões, o que é facilmente explicável pela sua distribuição irregular no espaço, decorrente de condicionantes históricas, geográficas, culturais, políticas e econômicas. Nesse contexto, uma das representações da heterogeneidade regional é a profunda desigualdade regional brasileira. A distribuição dos setores é profundamente desigual em cada uma das regiões.

Logo, tem-se subsídios que auxiliam no processo de diferenciação regional espacial presente no território nacional e como a atividade econômica produz e reproduz no espaço. Esse é um exercício fundamental não só para identificar e mensurar atrasos e desigualdades regionais, mas também compreender a própria dinâmica e o comportamento setorial do processo de crescimento econômico dessas regiões e estados nos últimos anos. Países de dimensões espaciais de grandes proporções, como é o caso do Brasil, os desequilíbrios regionais tendem a ser mais problemáticos.

No Brasil, os setores de maior relevância em termos absolutos na geração de empregos formais são serviços, comércio e indústria. Contudo, o processo de desindustrialização assim denominado por diversos autores, começa a ter um impacto na redução da geração de empregos formais no mercado de trabalho. Conforme podemos notar por meio do Gráfico 01:



**Gráfico 01:** Empregos formais em termos absolutos – 2000-2017

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Segundo Baltar (2015) a estrutura setorial do crescimento da ocupação das pessoas ativas residentes nas áreas metropolitanas não mudou muito entre 2003-2008 e 2008-2012. Segundo dados do autor, o conjunto da produção de bens (extrativa, transformação, eletricidade, gás, água e construção) teve a mesma contribuição de 19% para o crescimento do número de pessoas ocupadas nos dois períodos, enquanto o comércio e os diversos tipos de serviços contribuíram com os restantes 81%.

Basicamente as diferenças consistem em por um lado há uma forte diminuição da contribuição de extrativa, transformação, eletricidade, gás e água, e por outro há uma forte contribuição do serviço doméstico para o crescimento da ocupação em 2003-2008, o qual mostrou também intensa redução em 2008-2012. Conseqüentemente, no primeiro caso acaba por reduzir o ritmo da geração de emprego na indústria, ao mesmo tempo que ampliou fortemente a contribuição da construção civil. Já no segundo caso a contribuição negativa do serviço doméstico foi compensada pelo aumento da contribuição de finanças, imóveis e serviços para as empresas, a administração pública e os serviços sociais e outros serviços, em que se sobressaem os serviços pessoais (BALTAR, 2015).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Método *Shift-share*

O método *shift-share* consiste, basicamente, na descrição do crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva. De modo geral, Simões (2005) define que esse método é composto por um conjunto de identidades que procuraram identificar e desagregar componentes de tal crescimento, numa análise descritiva da estrutura produtiva. Além de permitir explicar o comportamento da produção setorial pela decomposição dos fatores responsáveis pela variação da produção, que pode estar relacionada a um componente estrutural, ligado tanto a composição setorial das atividades da região em estudo, quanto do componente diferencial, ligado às vantagens locais comparativas (SHIKIDA; ALVES, 2001; PEROBELLI *et al.*, 2016).

A aplicação desse método ocorreu nos setores de comércio e serviço da economia. O setor dinâmico é identificado como o que cresce a taxas maiores que a média. O método do *shift-share* parte da constatação empírica de que há diferenciais setoriais e regionais nos ritmos

de crescimento entre dois períodos. Tal diferença nos ritmos de crescimento pode ser debitada a dois fatores: i) a predominância de setores mais (menos) dinâmicos na composição produtiva da região; e ii) uma maior (menor) participação na distribuição regional de variável básica, independentemente da ocorrência em setores mais (menos) dinâmicos (SIMÕES, 2005).

A composição do método parte de uma perspectiva tanto estrutural quanto diferencial. Logo, na sua versão original subdivide o crescimento do emprego regional nessas duas variações. Assim, na sua versão inicial, assume-se o emprego como variável básica para a utilização do modelo *shift-share*, a equação (1) apresenta a variação real do emprego do setor  $i$  na região  $j$  ( $E_{ij}^t - E_{ij}^0$ ) como sendo igual a variação teórica ( $E_{ij}^0 e$ ), adicionadas as variações estrutural  $E_{ij}^0(e_i - e)$  e diferencial  $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$ . Em termos formais:

$$(E_{ij}^t - E_{ij}^0) = (E_{ij}^0 e) + E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_{ij} - e_i) \quad (1)$$

Onde ( $E_{ij}^0$ ) é o emprego inicial do setor  $i$  na região  $j$ ; ( $E_{ij}^t$ ) é o emprego final do setor  $i$  na região  $j$ ; ( $e$ ) é a taxa de crescimento do emprego total nacional; ( $e_i$ ) é a taxa de crescimento nacional do emprego em determinado setor  $i$ .

Nesse modelo, a variação real do emprego de um determinado setor em determinada região for superior a variação teórica, significa dizer que o emprego do setor  $i$  da região  $j$  cresceu mais que a média nacional e que existem elementos dinâmicos internos ou externos atuando na região de forma positiva. Se a variação real for menor, prevalece o fato de que esse setor na região está sem tanto dinamismo de maneira específica por estar crescendo abaixo da média nacional. Se a variação real for menor que a teórica, significa que o setor  $i$  da região  $j$  está sem dinamismos específicos por estar crescendo abaixo da média nacional.

Nesse sentido o efeito total é justamente a diferença da variação real e teórica do emprego, em termos formais representada pela equação (2):

$$T_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0) - (E_{ij}^0 e) = E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_{ij} - e_i) \quad (2)$$

onde  $T_{ij}$  é a variação líquida setorial. Se positivo, o efeito total indica que tanto o efeito estrutural quanto o diferencial são positivos, ou mesmo no caso de um deles ser positivo e superar a magnitude do outro.

O aperfeiçoamento do modelo *shift-share* apresentado na versão básica se dá em virtude há algumas limitações. Uma delas é que não considera mudanças na estrutura de emprego das regiões durante o período de análise, isto é, entre o ano base e o ano final. Quanto mais longo for o período mais as mudanças não consideradas serão importantes, o que pode gerar um viés na análise dos efeitos (HADDAD, 1989; SOUSA, 2009; GONÇALVES JÚNIOR; GALETE, 2010).

Na tentativa de eliminar esse problema, Stilwell (1969), propõe o cálculo da variação proporcional revertida ( $R_{ij}$ ), onde as taxas de crescimento são revertidas para serem ponderadas com o emprego final ( $E_{ij}^t$ ) e não com o inicial, conforme mostra a equação (3).

$$R_{ij} = E_{ij}^t(1/e - 1/e_i) \quad (3)$$

Se a variação proporcional revertida for maior que a variação proporcional calculada, ou seja, se  $R_{ij} = E_{ij}^t(1/e - 1/e_i) > E_{ij}^0(e_i - e)$ , significa que a estrutura do emprego da região se modificou aumentando a especialização em setores dinâmicos, algo bom e positivo. Contudo, se for menor, a modificação estrutural não foi forte em setores dinâmicos, ou simplesmente não ocorreu.

Uma outra limitação do método diz respeito a dependência dos efeitos estrutural e diferencial do emprego no ano base, ou seja, estes efeitos estão entrelaçados. Visando corrigir esse problema Esteban-Marquillas (1972) propõem uma reformulação da equação  $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$  introduzindo o emprego esperado ou homotético ( $E_{ij}^{0*}$ ) em vez do emprego efetivo inicial ( $E_{ij}^0$ ). Assim, em termos formais o cálculo do emprego esperado no período inicial é apresentado pela equação (4), abaixo:

$$E_{ij}^{0*} = E_j^0(E_i^0 - E^0) \tag{4}$$

em que,  $E_j^0$  representa o emprego total da região  $j$  no ano base;  $E_i^0$  é o emprego total do setor no nível nacional, no ano base e, por fim,  $E^0$  o emprego total nacional do ano base. Nesse sentido, o emprego esperado do setor  $i$  da região  $j$  é definido como aquele que guarda a mesma proporção da economia. Em termos formais, no caso de utilizar o emprego homotético para o cálculo do efeito diferencial a proposição de Esteban-Marquillas (1972) está apresentada na equação (5).

$$D' = E_{ij}^{0*}(e_{ij} - e_i) \tag{5}$$

Esteban-Marquillas (1972), Haddad (1989), Souza (2009) e Gonçalves Júnior e Galette (2010) introduzem o efeito de alocação ( $A_{ij}$ ), ao lado dos efeitos estrutural e diferencial, com o fito de analisar os componentes do crescimento regional. Esse efeito alocação é a influência estrutural do dinamismo diferencial, isto é a diferença entre o efeito diferencial tradicional ( $D_{ij}$ ) e o efeito diferencial modificado ( $D_{ij}'$ ).

$$A_{ij} = (E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i) \tag{6}$$

Assim sendo, o efeito alocação indica se a região é especializada ( $E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*}$ ) e quais setores apresentam melhores vantagens competitivas ( $e_{ij} - e_i$ ). A Tabela 01 resume as possíveis definições que podem ser obtidas através da análise do efeito alocação

**Tabela 01:** Sinais dos possíveis efeitos alocação

Siglas	Características	Efeito Alocação	Especialização	Vantagem Competitiva
DCE	Desvantagem Competitiva Especializada	-	+	-
DCNE	Desvantagem Competitiva Não Especializada	+	-	-
VCNE	Vantagem Competitiva Não Especializada	-	-	+
VCE	Vantagem Competitiva Especializada	+	+	+

**Fonte:** Gonçalves Júnior e Galette (2010, p.153) adaptado de Herzog Júnior e Olsen (1977).

As regiões mais dinâmicas são as que possuem vantagem competitiva especializada, isto é, o setor  $i$  encontra-se bem representado no estado e cresce mais naquele estado do que de forma nacional. Um efeito alocação positivo pode indicar duas situações: (1) que o estado é especializado na produção do setor  $i$  (+) e que esse setor está crescendo mais no estado do que

no país (+); (2) ou que esse setor está crescendo menos do que a média nacional (-) e que a região não é especializada nesse setor (-). O efeito alocação negativo indica o caso contrário<sup>2</sup>.

Com a contribuição de Esteban-Marquillas (1972), a equação para a variação real do emprego fica decomposta em quatro variações, conforme mostra a equação 7:

$$(E_{ij}^0 - E_{ij}^t) = E_{ij}^0 e + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) + E_{ij}^{0*} (e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i) \quad (7)$$

Onde:  $(E_{ij}^0 - E_{ij}^t)$  é a variação real;  $E_{ij}^0 e$  é a variação teórica;  $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$  é a variação estrutural;  $E_{ij}^{0*} (e_{ij} - e_i)$  é a variação diferencial pura e  $(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i)$  é a alocativa.

Esteban-Marquillas (1972) propõem uma solução para o problema dos efeitos diferencial e estrutural estarem entrelaçados, mas ainda continua com a limitação de ponderação das taxas pelo emprego no ano base  $E_{ij}^0$ . Com isso, um setor não especializado no ano base, poderá vir a ser no ano terminal, o que altera a interpretação desse efeito, independentemente do valor da vantagem competitiva. Herzog e Olsen (1977) propõem o efeito alocação modificado  $A_{ij}'$  com a inclusão do emprego terminal  $E_{ij}^t$  e do emprego teórico terminal  $E_{ij}^{t*}$ , no intuito de eliminar a o efeito mudança estrutural do período.

$$A_{ij}' = [(E_{ij}^t - E_{ij}^{t*}) - (E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})] (e_{ij} - e_i) \quad (8)$$

Com a mudança no efeito alocação, faz-se necessária uma mudança no cálculo do efeito diferencial puro, indicada por Esteban-Marquillas (1972). Destarte, Herzog-Olsen (1977) propõem o efeito diferencial puro modificado  $D_{ij}''$ . como sendo:

$$D_{ij}'' = D_{ij}' + A_{ij} - A_{ij}' \quad (9)$$

Com alguma álgebra, pode-se agrupa-los, de modo

$$D_{ij}'' = (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i) \quad (12)$$

Finalmente tem-se a Variação Líquida Total -  $VLT_{ij}$  do emprego no setor  $i$  da região  $j$ . O  $VLT_{ij}$  é o resultado da soma entre o efeito estrutural  $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$ - ainda ponderado pelo ano base - com o efeito diferencial puro modificado representado pela equação 12 e o novo efeito alocação representado pela equação 8, conforme segue:

$$VLT_{ij} = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i) - (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^0 + E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i) \quad (13)$$

### 3.2 Recorte e Base de dados

Esse estudo tem como recorte geográfico os estados brasileiros. Entender os processos de especialização e vantagem competitiva de cada estado por setor facilita a entender se o efeito alocação apresenta vantagem competitiva especializa ou não especializada, bem como podendo

<sup>2</sup> Há de considerar a possibilidade de efeito alocação nulo. Em que pode significar que: (1) houve vantagem ou desvantagem competitiva com o setor  $i$  da região guardando a mesma estrutura da região maior ou (2) neutralidade competitiva especializada ou não especializada. Porém, para esse estudo não será considerado, já que se utiliza como recorte geográfico os estados brasileiros e o país como um todo, a probabilidade do efeito alocação ser nulo é quase zero.



apresentar desvantagem competitiva especializada ou não. Identificando os processos de crescimento de acordo com os setores.

O recorte temporal foi adaptado a metodologia em estudo. Contemplando três períodos. O período I, com intervalo de 2000-2008, o período II que se dá em 2009-2017 e, por fim, o período III contemplando 2000-2017, compreendendo os anos recentes. A justificativa está pautada no processo de crescimento econômico da economia brasileira observado na primeira década e de um processo de crises econômicas e políticas no período que se estende até 2017. E assim justificando os recortes selecionados e evitando possíveis vies causados pelo método, muito embora tenha sido uma limitação que Herzog Júnior e Olsen (1997) conseguiram eliminar com o aperfeiçoamento do modelo.

A base de dados utilizada é proveniente da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizada pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Seguindo a classificação setorial de atividades do IBGE, foram selecionados os dados provenientes dos dois grandes setores empregadores relacionados às atividades de comércio e serviços. Além disso, a escolha destes setores justifica-se por seu dinamismo contemporâneo, reflexo de constantes variações e pela importância dentro das regiões.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Decomposição do emprego formal no setor de comércio

O setor de comércio teve resultado particularmente favorável nos anos 2000. Se trata de um setor onde a facilidade de se especializar e se interiorizar como o setor de serviços é bem maior. De acordo com Kon (2004), o setor de comércio passou por um processo de acelerada expansão, acompanhando o ciclo de crescimento nacional. A redução do desemprego, o crescimento da renda das famílias acima do crescimento do PIB, a melhoria da distribuição de renda e das condições de crédito, e a emergência de uma nova classe média afetaram positivamente a área pelo lado da demanda no período de 2002 a 2013. Dado esse momento conjuntural favorável, houve uma expansão desse setor em termos de aumento da participação no PIB nacional.

Nesse sentido, no que se refere a decomposição do emprego formal no intervalo de 2000 a 2017, observou-se por meio da Tabela 02, alguns resultados interessantes. O resultado positivo e expressivo no Efeito Estrutural, para todos os recortes espaciais, evidencia o momento conjuntural interessante para esse setor, o de maior especialização, competitividade, variações de produtividade de forma a impactar positivamente na economia dos estados, padrões de consumo elevados e progresso tecnológico.

O Efeito Diferencial apresenta, em muitos dos estados, vantagens locacionais que os permitiram estes crescerem mais do que a sua região. De modo contrário, estados como Rondônia, Amazona, Pará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal apresentaram sinais negativos, evidenciando que nestes o comércio cresceu menos do que nas suas respectivas regiões.

Segundo Santos e Costa (1997), algumas características já vinham moldando o setor em fins da década de 1990, tais como: aumento do grau de exigência do consumidor, convergência de formatos e aumento da concorrência, valorização da *supply chain*<sup>3</sup>, padronização de procedimentos de operação entre fornecedores e clientes, avanço da tecnologia da informação e da automação comercial, reposicionamentos estratégicos e foco em negócios centrais,

---

<sup>3</sup> Basicamente, é uma gestão da cadeia de suprimentos de negócios. Em que o *Supply chain anagement* é o gerenciamento de uma rede interligada de negócios envolvidos na provisão final de pacotes produto e serviço requeridos por clientes finais.



crescimento de canais alternativos de vendas<sup>4</sup>, diferenciação baseada em qualidade e criatividade nos serviços e atendimento ao consumidor, passando a ser mais valorizados o conforto, a facilidade de acesso, a higiene e a limpeza, além de ênfase em melhor gestão e treinamento de recurso humanos.

**Tabela 02:** Decomposição da estrutura do emprego do setor de comércio por estado em relação a sua Região e das Regiões em relação ao Brasil – 2000-2017

UF / Região	2000-2017			VLT
	Efeito Estrutural	Efeito Diferencial	Efeito Alocação	
Rondônia	16824,1	-3078,3	-1732,2	12013,6
Acre	4551,5	776,9	160,1	5488,5
Amazonas	19191,4	-9286,9	2491,1	12395,6
Roraima	2582,7	6556,0	-1300,3	7838,4
Pará	39672,5	-3107,5	-137,8	36427,2
Amapá	4082,5	3110,8	503,1	7696,4
Tocantins	8458,1	5888,9	-844,0	13503,0
<b>Norte</b>	<b>67673,3</b>	<b>151005,9</b>	<b>-15203,9</b>	<b>203475,3</b>
Maranhão	25406,8	27509,4	8999,3	61915,5
Piauí	18192,6	9584,4	1078,0	28855,0
Ceará	54873,3	24211,5	-2081,3	77003,5
Rio G. do Norte	24526,5	6625,2	1495,5	32647,2
Paraíba	21554,4	11266,0	-1111,7	31708,7
Pernambuco	74429,9	-24846,5	-104,9	49478,5
Alagoas	18923,5	3606,9	168,0	22698,4
Sergipe	17160,5	-9851,8	1797,8	9106,5
Bahia	114868,3	-59576,7	1230,8	56522,4
<b>Nordeste</b>	<b>255482,2</b>	<b>242381,2</b>	<b>-9541,0</b>	<b>488322,5</b>
Minas Gerais	163853,8	50636,3	1220,7	215710,7
Espírito Santo	32202,0	9033,1	-188,3	41046,9
Rio de Janeiro	170411,8	-140249,9	8825,7	38987,6
São Paulo	466426,4	69468,1	1254,3	537148,8
<b>Sudeste</b>	<b>958171,6</b>	<b>-458077,4</b>	<b>-6656,8</b>	<b>493437,3</b>
Paraná	124611,8	18292,2	310,8	143214,7
Santa Catarina	78083,6	53644,4	-4752,9	126975,1
Rio Grande do Sul	134288,8	-64725,5	-2768,9	66794,4
<b>Sul</b>	<b>318705,6</b>	<b>12949,7</b>	<b>1061,4</b>	<b>332716,8</b>
Mato G. do Sul	21828,0	-156,7	-8,2	21663,2
Mato Grosso	25935,0	20762,4	18130,2	64827,6
Goiás	49563,4	4098,4	-131,9	53529,9
Distrito Federal	35454,4	-56568,8	13874,6	-7239,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>127798,8</b>	<b>94812,8</b>	<b>-12731,9</b>	<b>209879,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>1727831,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1727831,6</b>

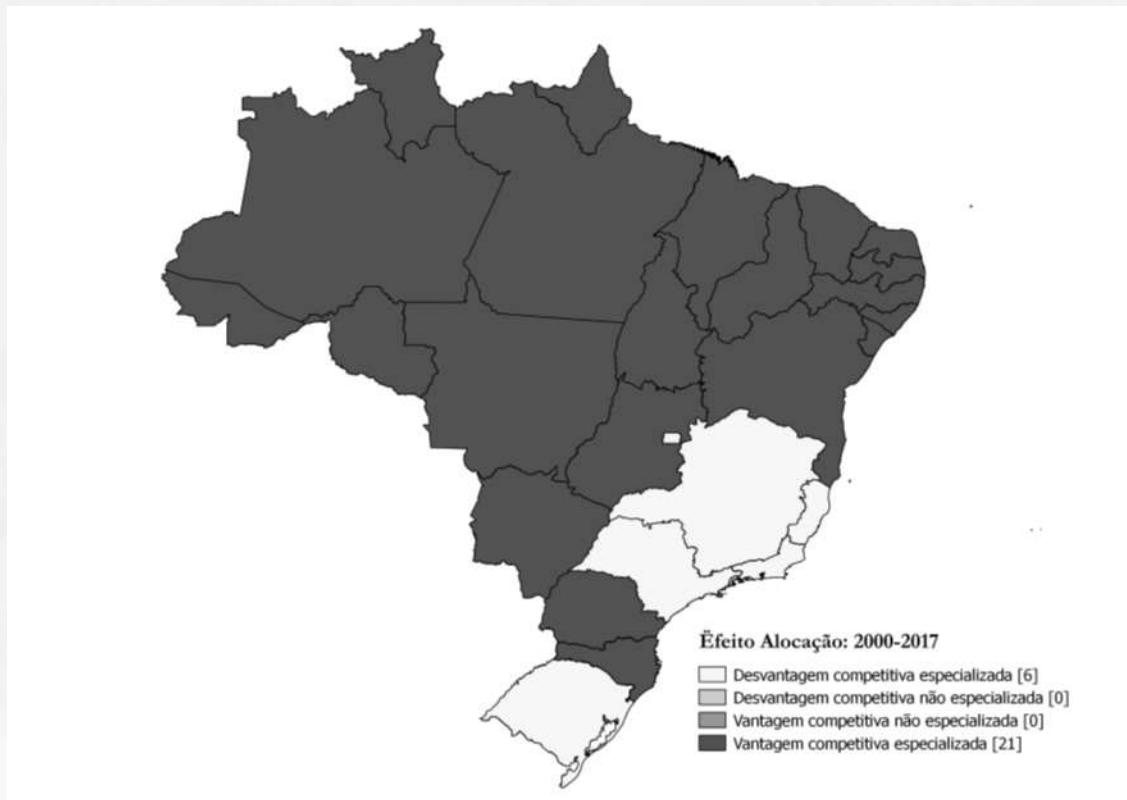
**Fonte:** Elaboração própria a partir dos resultados.

No que se refere a análise do Efeito Alocação - de fundamental importância nesse estudo -, observa-se por meio da Figura 01, que a maior parte das regiões e 21 estados do território nacional se configuraram com Vantagem Competitiva Especializada. Outros seis apresentaram Desvantagem Competitiva Especializada, isto é, um Efeito Alocação negativo e dentro dos seus

<sup>4</sup> Ampliam o volume de operações sem representar grandes inversões em ativo fixo, minimizando esforços de compra dos clientes.

parâmetros, especialização com sinal negativo e vantagem competitiva com sinal positivo, conforme Tabela 01.

**Figura 01:** Efeito Alocação no grande setor de Comércio por estados – 2000-2017



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos resultados.

Conforme é possível observar, os estados de Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal se apresentaram como regiões com Desvantagem Competitiva Especializada, todas as demais unidades federativas apresentam Vantagem Competitiva Especializada nesse segmento. Já pela VLT, da Tabela 03, todos os estados, com exceção do Distrito Federal apresentaram VLT positiva, o que indica que o setor ganhou empregos entre períodos.

Segundo dados do IBGE (2020), os resultados apontados pela Pesquisa Anual de Comércio (PAC), em 2014, haviam 1,6 milhão de empresas comerciais atuando através de 1,8 milhão de unidades locais, que obtiveram R\$ 3,0 trilhões de receita operacional líquida. Essas empresas ocuparam 10,7 milhões de pessoas, às quais foram pagos R\$ 186,3 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações.

Observa-se ainda que o segmento de comércio varejista, embora composto por empresas de menor tamanho médio, respondeu pela maior parte do pessoal ocupado do comércio (7.889 mil ou 73,7% do total), devido ao grande número de empresas (1.298 mil ou 78,8% do total). As empresas do ramo atacadista representaram apenas 12,0% das empresas do comércio (198 mil) enquanto as que atuaram no comércio de veículos automotores, peças e motocicletas representaram 9,2% do total de empresas comerciais (151 mil empresas). Em termos de salários, retiradas e outras remunerações, o comércio varejista respondeu por R\$ 117,2 bilhões ou 62,9% do total pago na atividade comercial.

O comércio por atacado respondeu por 26,6% dos salários, retiradas e outras remunerações do comércio e as empresas que atuam no comércio de veículos automotores, peças e motocicletas, por 10,5%. No que tange à receita operacional líquida, o segmento

atacadista (44,4%) apresentou uma pequena vantagem em relação ao segmento varejista (43,4%), apesar do maior número de empresas no varejo<sup>5</sup>.

**Tabela 03:** Decomposição da estrutura do emprego do setor de comércio por estado em relação a sua Região e das Regiões em relação ao Brasil – (períodos selecionados) - 2000-2008 e 2009-2017)

UF/REGIÃO	2000-2008				2009-2017			
	EE	ED	EA	VLT	EE	ED	EA	VLT
Rondônia	7440,9	-2961,2	-961,9	3517,8	6082,7	-88,5	-8,2	5986,0
Acre	2013,0	-166,2	-32,5	1814,4	1749,1	794,4	4,3	2547,8
Amazonas	8487,9	-4285,4	1285,9	5488,3	7111,8	-3904,7	122,7	3329,8
Roraima	1142,3	549,1	72,5	1763,9	1069,6	3583,5	542,4	5195,4
Pará	17546,2	2119,3	208,8	19874,3	15138,8	-3069,3	84,1	12153,7
Amapá	1805,6	2287,5	531,9	4625,0	1824,1	5,9	0,1	1830,1
Tocantins	3740,8	1555,3	-203,3	5092,9	3459,6	1950,2	-16,7	5393,1
<b>Norte</b>	<b>36427,6</b>	<b>79023,9</b>	<b>-7192,2</b>	<b>108259</b>	<b>29348,6</b>	<b>38866,6</b>	<b>-279,5</b>	<b>67935,7</b>
Maranhão	9849,6	14975,5	1483,2	26308,2	14840,1	12369,1	409,3	27618,5
Piauí	7052,8	2348,3	177,7	9578,8	9074,7	7633,6	-9,7	16698,7
Ceará	21273,0	543,6	-51,5	21765,1	26716,8	18332,3	521,2	45570,3
Rio G. do Norte	9508,3	9988,7	1860,4	21357,4	13420,2	-6615,0	-26,9	6778,3
Paraíba	8356,1	770,6	-93,3	9033,4	10654,8	7403,6	21,5	18079,8
Pernambuco	28854,6	-7837,4	-444,1	20573,1	34642,5	-	482,7	19600,6
Alagoas	7336,2	2617,4	-154,5	9799,1	9489,0	160,0	6,9	9656,0
Sergipe	6652,7	-4794,1	493,2	2351,9	7382,5	-338,0	6,7	7051,2
Bahia	44531,6	-	-87,0	22647,9	51438,1	-	203,2	26605,4
<b>Nordeste</b>	<b>137523</b>	<b>65403,5</b>	<b>-6368,6</b>	<b>196557</b>	<b>94700,2</b>	<b>113106</b>	<b>4349,4</b>	<b>212155</b>
Minas Gerais	88494,4	5073,5	-222,5	93345,4	61577,9	38338,1	1589,4	101505
Espírito Santo	17391,7	14072,0	856,3	32320,0	12879,3	-5269,5	59,6	7669,3
Rio de Janeiro	92036,3	-	2701,3	14213,3	56390,7	-	240,8	27818,2
São Paulo	251908	80524,3	1441,5	309952	178137	28813,3	63,1	171991
<b>Sudeste</b>	<b>515770</b>	<b>-</b>	<b>-470,0</b>	<b>327010</b>	<b>309223</b>	<b>-</b>	<b>-1141,4</b>	<b>129903</b>
Paraná	77805,9	19447,6	917,5	98171,0	28460,2	-5708,0	17,0	22769,2
Santa Catarina	48754,3	30498,5	-1661,6	77591,2	18985,5	7251,7	-259,7	25977,5
Rio G. do Sul	83848,1	-	408,5	34646,0	26681,5	-1262,5	-38,5	25380,5
<b>Sul</b>	<b>171555</b>	<b>11904,1</b>	<b>1098,0</b>	<b>184557</b>	<b>109693</b>	<b>2056,2</b>	<b>-19,4</b>	<b>111730</b>
Mato G. Sul	16713,9	-3350,7	229,7	13592,9	457,1	3940,7	245,4	4643,2
Mato Grosso	19858,6	16440,3	5240,4	41539,3	665,6	10566,4	990,8	12222,8
Goias	37951,0	-5854,1	478,9	32575,9	1045,5	11432,7	420,4	12898,7

<sup>5</sup> O IBGE (2020) explica que as atividades comerciais diferem, tanto em relação à origem das mercadorias - sejam elas importadas ou nacionais, agrícolas ou industriais -, quanto ao seu destino - para consumidores de alta ou baixa renda, para uso intermediário ou para uso final, para o mercado interno ou externo. Portanto, o entendimento do setor comercial, é classificado pelo IBGE em três segmentos de atividades: comércio por atacado; comércio varejista; e comércio de veículos, peças e motocicletas. Vale destacar que há diferentes níveis de produtividade, margem comercial, salários, pessoal ocupado e produção.



Distrito Federal	27147,7	-	91,6	13963,2	712,3	-	4686,0	-
Centro-Oeste	68792,3	43122,2	1769,2	113684	47571,1	23124,3	-1882,9	68812,5
<b>Brasil</b>	<b>930067</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>930067</b>	<b>590536</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>590536</b>

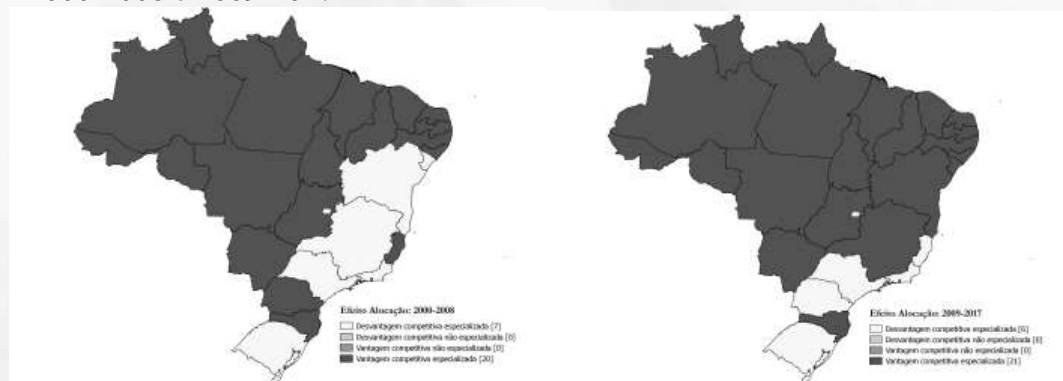
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

Em termos de investimento, Santos e Costa (1997) e Kon (2004) afirmam que o setor sempre foi caracterizado pela capacidade de se autofinanciar, levando em conta o fato de vender avista e pagar a prazo, sendo, portanto, relevante a velocidade do giro das mercadorias e o volume de vendas. De modo geral, os investimentos previstos para os próximos anos estão centrados em atividades como a modernização e reforma das instalações, construção de novas unidades, aquisição de novos equipamentos, informatização e treinamento gerencial e de mão de obra.

Na análise dos períodos desagregados, tem-se que o Efeito Estrutural impresso nos dois recortes temporais (I e II) foi positivo em todos os estados, pode-se concluir um momento conjuntural importante de especialização e maior dinâmica no setor de comércio. Já no que se refere ao Efeito Diferencial os resultados variaram bastante de forma intra regional, mas no que se refere a análise inter-regional, observa-se que todas as regiões obtiveram valores positivos, a exceção foi apenas a região Sudeste do país, tendo em vista que esse setor não apresentou dinamismo no estado do Rio de Janeiro nos dois períodos. De acordo com os estudos de Baltar e Leone (2015), os setores de comércio e serviços, cuja atividades não competem com a produção de outros países ou nas que o Brasil tem vantagem comparativa natural ou construída previamente foram as principais responsáveis pela ampliação das oportunidades ocupacionais entre 2004 e 2013.

Pelos resultados apontados do Efeito Alocação, observou-se que, em grande parte, os estados apresentaram Vantagem Competitiva Especializada nesse segmento, que é quando além do sinal positivo no Efeito Alocação ajustado por Herzog Júnior e Olsen (1977), tem-se, nos seus parâmetros, a especialização e vantagem competitiva também com sinais positivos. Sendo assim, observa-se na relação entre estados e o Brasil, na Figura 02, poucos estados com Desvantagem Competitiva Especializada, em maioria situados na região Centro-Sul do Brasil.

**Figura 02:** Efeito Alocação no grande setor de Comércio por estados – (períodos seleccionados) - 2000-2008 e 2009-2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

Por meio da VLT, apenas o Distrito Federal no período de 2009-2017 apresentou um sinal negativo, todos os demais estados nos dois períodos tiveram um grande aumento na geração de empregos líquidos no inter períodos. O setor de comércio teve resultado particularmente favorável nos anos 2000. Para esse resultado, Pochmann (2007) evidenciou que os postos de trabalho abertos para jovens que mais se destacaram foram no setor terciário da

economia nacional (comércio e serviços) no período de 1995 a 2005. Descontando-se a ocupação juvenil que foi reduzida no setor da administração pública, o autor percebeu o avanço principalmente no comércio, seguido dos serviços. Conforme dito, se trata de um setor onde a facilidade de se especializar e se interiorizar, como o setor de serviços, é bem maior.

A geração de emprego informada pela VLT, diz muito além do resultado de geração de empregos líquidos na economia. Portanto, entende-se que o setor de comércio e serviços funcionam como o termômetro da economia. Isto é, se a renda da população melhora, comércio e serviços também prosperam. Essa interligação justifica algumas regiões apresentarem vantagem econômica em relação a outras. A renda per capita, por sua vez, acaba balizando o aumento ou redução das desigualdades intermunicipais e inter regionais de renda na economia brasileira.

Portanto, dado a importância do setor de comércio e serviços no produto e no emprego no Brasil, que alcança mais de 70% nas duas dimensões, é fundamental para o País que se possa elevar a produtividade setorial, conforme afirmado por Santos e Costa (1997) e Kon (2004). Assim, é importante reduzir custos de transação, desburocratizar, simplificar, reduzir a insegurança jurídica e corrigir deficiências regulatórias (IBGE, 2020).

#### 4.2 Decomposição do emprego formal no setor de serviços

Os Estudos sobre a representatividade e a dinâmica do setor de serviços são comuns na literatura, até mesmo no caso brasileiro (KON, 2004). Ao decompor o setor de serviços, observou-se que os resultados em períodos longos, como é o caso do período III do presente estudo, não evidenciam com clareza a dinâmica do setor, justificando, mais uma vez, os recortes temporais mais curtos. O setor de serviços é um caso à parte, assim como os setores de comércio.

De modo geral, no período de 2000-2017, tem-se que o Efeito Estrutural não foi positivo para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Muito embora, em termos regionais, em relação ao Brasil, todas as regiões apresentaram Efeito Estrutural positivo, representando maior grau especialização nesse setor. Vale destacar que o papel dos serviços no processo de desenvolvimento regional está ligado às características de localização e de aglomeração dessa atividade Domingues *et al.* (2006). À localização essencialmente urbana dessas atividades soma-se seu papel como potencializador do impacto sobre os polos de crescimento, isto é, sobre as atividades que lideram a determinação dos padrões de expansão em âmbito nacional (PERROUX, 1955; CHRISTALLER, 1966; MCKEE, 1988).

Já no que se refere ao Efeito Diferencial, de maneira geral, apenas as regiões Sul e Sudeste não apresentaram resultados positivos, muito em virtude dos valores negativos de Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já nas demais regiões houveram variações no efeito diferencial de acordo com cada estado. Essa variação, pode ser explicada pelo padrão de localização e de distribuição da atividade de serviços deve estar condicionada a diversos fatores, tanto locais e setoriais como dependentes do estágio de desenvolvimento econômico (DOMINGUES *et al.*, 2006).

Segundo Azzoni (2005), trata-se, portanto, de uma modificação estrutural em que os estados, ainda que mantendo a sua grande importância industrial, terceirizam-se aceleradamente. Nesse setor terciário, observam-se avanços tecnológicos e mudanças estruturais muito importantes. O seu ramo moderno, como o de cadeias de restaurantes, farmácias, supermercados, dentre outros, requer uma mão de obra mais qualificada para o trabalho, o que dificulta o seu desenvolvimento muito rápido nas regiões mais pobres, carentes desse tipo de mão de obra. Tratando-se de setores com alta elasticidade-renda, por outro lado, verifica-se que o seu desenvolvimento ocorre primeiro nas regiões mais ricas (AZZONI, 2005).

A Tabela 04, apresenta os resultados da decomposição da estrutura do emprego do setor de serviços para o período III. São demonstrados os efeitos Estrutural, Diferencial e Alocação, além da Variação Líquida Total, por estados e regiões.

**Tabela 04:** Decomposição da estrutura do emprego do setor de serviços por estados em relação a sua Região e das Regiões em relação ao Brasil – 2000-2017

UF / Região	2000-2017			
	EE	ED	EA	VLT
Rondônia	-719,3	-16048,3	2096,9	-14670,6
Acre	-373,0	-21761,8	146,2	-21988,5
Amazonas	-1229,6	-1520,2	-38,2	-2787,9
Roraima	-130,3	17964,4	14347,1	32181,2
Pará	-2300,4	-34689,8	1532,4	-35457,8
Amapá	-226,0	12044,6	12798,5	24617,2
Tocantins	-561,5	12834,0	293,8	12566,4
<b>Norte</b>	<b>15954,0</b>	<b>370248,0</b>	<b>51134,7</b>	<b>437336,8</b>
Maranhão	-1020,4	84341,0	4423,9	87744,5
Piauí	-725,5	30870,2	3196,3	33341,0
Ceará	-2133,7	94617,7	1365,4	93849,4
Rio Grande do Norte	-1028,1	-19622,0	134,6	-20515,5
Paraíba	-1177,8	-20713,8	-725,5	-22617,2
Pernambuco	-2757,7	-80914,0	1788,4	-81883,3
Alagoas	-763,0	8383,6	998,1	8618,7
Sergipe	-691,5	-9343,8	-154,9	-10190,2
Bahia	-3880,0	-104039,2	5394,1	-102525,1
<b>Nordeste</b>	<b>63226,4</b>	<b>401202,9</b>	<b>30482,6</b>	<b>494912,0</b>
Minas Gerais	63331,8	45681,7	-3194,8	105818,7
Espírito Santo	10863,8	74873,1	3435,2	89172,1
Rio de Janeiro	77642,9	-326956,0	-10074,7	-259387,9
São Paulo	184378,3	213931,4	2304,2	400613,9
<b>Sudeste</b>	<b>177942,9</b>	<b>-929079,6</b>	<b>-8052,3</b>	<b>-759189,0</b>
Paraná	19465,6	2596,2	-29,1	22032,7
Santa Catarina	10230,4	188145,0	-9187,8	189187,6
Rio Grande do Sul	21008,5	-175081,3	-6443,0	-160515,8
<b>Sul</b>	<b>51083,3</b>	<b>-13920,7</b>	<b>1656,8</b>	<b>38819,5</b>
Mato Grosso do Sul	-23956,9	31380,3	-3986,9	3436,5
Mato Grosso	-22652,9	111742,6	-33959,9	55129,9
Goiás	-54292,7	157073,3	-4998,9	97781,7
Distrito Federal	-100971,7	-218622,8	-38627,9	-358222,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>31446,9</b>	<b>99477,7</b>	<b>-3150,1</b>	<b>127774,4</b>
<b>Brasil</b>	<b>339653,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>339653,6</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

Pela análise do Efeito Alocação, observa-se que os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal se caracterizaram nesse período como regiões de Desvantagem Competitiva Especializada em relação ao Brasil. Todos os demais apresentaram Vantagem Competitiva Especializada nesse setor. Conforme a Figura 03 ilustra:



**Figura 03:** Efeito Alocação no grande setor de Serviços por estados – 2000-2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

Pela análise do VLT, todas as regiões tiveram aumento do emprego líquido entre os anos em análise, com exceção apenas da região Sudeste. Nesta região, o estado do Rio de Janeiro apresentou um valor negativo, isto é, houve perda de empregos no setor no inter período. Conforme dito, quando se faz o recorte temporal mais curto, tem-se resultados mais precisos. Nesse sentido, pela análise dos anos de 2000-2008, pôde-se observar um Efeito Estrutural negativo para todos os estados e regiões, conforme Tabela 05, ou seja, indica que não houve uma tendência a especialização nesse setor.

Já no período de 2009-2017, todos os estados e regiões apresentaram Efeito Estrutural positivo, levando a crer que em períodos de crise o setor cresce, isto é, há um aumento da sua participação no Produto Interno Bruto do país em comparação com os outros setores da economia, corroborando assim com Domingues *et al.* (2006).

Pelo Efeito Diferencial, observou-se que as regiões Norte e Nordeste tiveram expansão no setor de serviços crescendo mais que o país. São regiões em que, conforme dito anteriormente, apresentaram no seu passado grandes dificuldades para se desenvolver e integrar ao mercado nacional (CANO, 2008).

De forma intra regional, os estados que mais apresentaram uma acentuada dinâmica nesse setor, foram os estados de Roraima, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, onde o Efeito Diferencial foi positivo em ambos os recortes. Constatou-se que quatro dos nove estados da região Nordeste apresentaram um crescimento do setor de serviços maior do que o da região, nos dois períodos, com forte dinâmica. Essa relação também é válida entre o Nordeste e Brasil, assim como a região Norte, ambas cresceram mais que o crescimento nacional. Nos demais estados ocorreu variações, isso é comum na análise estrutural-diferencial, visto que, Herzog Júnior e Olsen (1977), adiantavam que as regiões econômicas<sup>6</sup>, mesmo em um único espaço nacional, apresentam dinâmicas diferenciadas, seja por conta das diferenças culturais, de biomas, climas, atraso econômico, dentre outras

<sup>6</sup> Conforme enfatizado por Breitbach (1988).

peculiaridades. Nesse sentido, países que desejam alcançar níveis maiores de desenvolvimento, melhorar as condições de vida de suas populações e a competitividade das suas empresas não podem fazê-lo sem um setor de serviços dinâmico e bem estruturado (DOMINGUES *et al.*, 2006).

**Tabela 05:** Decomposição da estrutura do emprego do setor de comércio por estado em relação a sua Região e das Regiões em relação ao Brasil – (períodos selecionados) - 2000-2008 e 2009-2017)

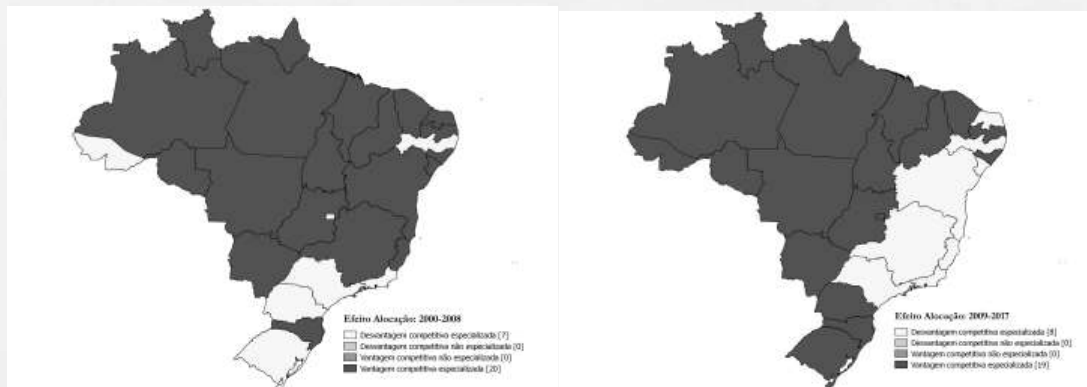
UF / Região	2000-2008				2009-2017			
	EE	ED	EA	VLT	EE	ED	EA	VLT
Rondônia	-6830,5	-12133,2	469,3	-18494,4	7153,7	-1800,4	-2,5	5350,8
Acre	-3542,0	-18637,4	439,9	-21739,5	3059,2	2861,9	89,7	6010,9
Amazonas	-11675,5	17798,7	-905,7	5217,4	13018,7	-2872,7	-128,0	10018,0
Roraima	-1237,7	2509,3	-73,5	1198,0	2295,4	6301,9	148,2	8745,5
Pará	-21843,7	-20214,4	447,5	-41610,5	22911,0	4829,1	-80,9	27659,2
Amapá	-2145,7	10238,1	8841,9	16934,3	3371,3	-2908,8	-6,0	456,5
Tocantins	-5331,5	10116,8	1102,8	5888,1	6617,7	-6749,9	318,4	186,1
<b>Norte</b>	<b>-44575,4</b>	<b>237239</b>	<b>25434,0</b>	<b>218097</b>	<b>75172,5</b>	<b>90313,8</b>	<b>1109,1</b>	<b>166595</b>
Maranhão	-9492,1	44610,5	646,8	35765,1	13814,2	38213,7	296,0	52324,0
Piauí	-6748,9	9397,6	807,6	3456,3	8603,2	34716,9	1484,2	44804,3
Ceará	-19848,7	37108,1	703,6	17963,0	27615,2	30331,5	65,4	58012,1
Rio G. Norte	-9563,7	-2829,9	144,6	-12249,0	12174,3	-15778,0	-152,0	-3755,7
Paraíba	-10956,1	-18593,2	-364,0	-29913,4	13411,3	-730,2	7,5	12688,6
Pernambuco	-25653,0	-58855,3	1326,1	-83182,1	30667,2	-7783,1	-22,0	22862,1
Alagoas	-7098,1	6762,1	-53,9	-389,9	9216,2	5931,8	482,8	15630,8
Sergipe	-6432,3	-8847,2	98,9	-15180,6	8121,5	-5040,1	6,7	3088,0
Bahia	-36092,9	-12066,8	4,5	-48155,2	45842,5	-84294,3	2263,1	-36188,6
<b>Nordeste</b>	<b>-176654</b>	<b>253011</b>	<b>20282,4</b>	<b>96639,0</b>	<b>253492</b>	<b>39705,1</b>	<b>64,3</b>	<b>293261</b>
Minas Gerais	-78589,5	78962,4	-846,4	-473,4	133474	-71538,3	2900,9	64837,0
Espírito Santo	-13481,1	52293,1	196,7	39008,7	26136,1	-1367,7	-7,5	24760,9
Rio de Janeiro	-96348,3	-143592	-7189,9	-247130	145690	-139003	1489,2	8176,2
São Paulo	-228798	20510,7	-334,5	-208622	371759	203576	3949,9	579285
<b>Sudeste</b>	<b>-497170</b>	<b>-316476</b>	<b>94,9</b>	<b>-813552</b>	<b>636460</b>	<b>-451683</b>	<b>-1877,8</b>	<b>182899</b>
Paraná	-80628,0	-13715,5	373,7	-93969,9	95289,7	-1751,7	-13,0	93525,0
Santa Catarina	-42375,1	103470	-2080,5	59014,7	57869,5	54806,2	-647,2	112028
Rio G. do Sul	-87018,9	-84883,3	-3164,7	-175067	94336,6	-52399,3	5,1	41942,4
<b>Sul</b>	<b>-142726</b>	<b>-153566</b>	<b>14270,9</b>	<b>-282021</b>	<b>181608</b>	<b>152397</b>	<b>-3046,2</b>	<b>330958</b>
Mato G. do Sul	-26050,1	28886,8	-842,7	1993,9	10075,9	-7188,0	397,2	3285,1
Mato Grosso	-24632,1	54277,7	-10356,4	19289,2	10433,6	17380,9	-1685,0	26129,6
Goiás	-59036,3	91720,8	1025,1	33709,6	24631,6	16012,8	-426,0	40218,3
Distrito Federal	-109794	-155803	-8908,7	-274505	30993,6	-22609,0	-1882,8	6501,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>-87862,2</b>	<b>-82715,2</b>	<b>2426,1</b>	<b>-168151</b>	<b>112903</b>	<b>173405</b>	<b>-386,9</b>	<b>285922</b>
<b>Brasil</b>	<b>-948988</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-948988</b>	<b>1259635</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1259635</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados.

No que tange ao Efeito Alocação, observa-se por meio da Figura 04, que a configuração é similar à do setor de comércio. Em ampla maioria, os estados apresentaram Vantagens Competitivas Especializada, isto mostra que o setor de serviços tende a ser competitivo. A

competitividade e a busca por maior inserção no mercado regional, estimula o crescimento do setor, sobretudo em períodos de crise.

**Figura 04:** Efeito Alocação no grande setor de Serviço por estados – (períodos selecionados) - 2000-2008 e 2009-2017



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos resultados.

Nesse contexto, no período de 2009-2017, quase todos os estados apresentaram Vantagem Competitiva Especializada, a exceção ficou apenas para os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia e os estados da região Sudeste. Vale ressaltar que o estado de São Paulo esteja perdendo competitividade no setor Terciário como um todo<sup>7</sup>. De acordo com Azzoni (2005), claramente, a situação é distinta entre o setor Comércio e o setor Serviços, e nesse, entre os serviços tradicionais e os serviços modernos. Em Comércio, outras áreas do país apresentaram performance melhor que São Paulo, fazendo com que seus indicadores relativos piorassem. Em serviços tradicionais, a situação não é tão negativa como em Comércio, mostrando alguma resistência da economia paulista no setor. Porém, nos serviços modernos a performance paulista é destacadamente favorável, não só em termos de patamar como, e principalmente, no tocante à tendência temporal (AZZONI, 2005).

Santos e Justo (2014) ao analisarem o comportamento do emprego urbano no estado de Pernambuco, utilizando o modelo diferencial-estrutural. Os resultados obtidos pelos autores, apontaram uma possível retração da indústria no estado, acompanhado de um crescimento expressivo das atividades comerciais e de serviços. Constatou-se ainda que a administração pública possui um grande poder explicativo para a determinação dos níveis de emprego urbanos locais.

Em relação a VLT, observou-se que 15 estados e 3 regiões apresentaram perda de empregos líquidos no período de 2000-2008. Em relação ao período de 2009-2017, todos os estados e regiões, com exceção apenas do Rio Grande do Norte e Bahia apresentaram ganhos de empregos no inter período. Portanto, conclui-se que há um momento favorável nos anos 2000, que é no período de 2009-2017, ressaltando que em períodos de crise esse setor apresenta-se como saída para muitos. Para além disso, o setor, como importante fornecedor de insumos tanto para a indústria e para o comércio como para outros serviços, tem um papel relevante no crescimento da economia nacional e na geração de emprego e renda para população e, por consequência, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

<sup>7</sup> Cabe evidenciar que, de acordo com estudos feitos por Barbosa Filho e Moura (2012), o setor de serviços na categoria “Outros Serviços”, se mostrou, em 2009, como o setor que mais contribuiu para a informalidade total da economia (47,1% no país) e possui um peso importante no total de empregos (33,7%).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desse contexto, usou-se o método *shift-share*, para identificar padrões de comportamento dos setores comércio e serviços nos estados brasileiros. Os resultados demonstraram que a configuração da estrutura produtiva regional sugere que ocorreu um momento favorável nos anos pós-2000 nos setores de comércio e serviços. Dado que se trata de setores nos quais a facilidade de se especializar e se interiorizar é bem maior, além de requerer um menor custo inicial e mão de obra não qualificada. Além disso, as políticas econômicas e sociais ampliaram a renda das classes menos abastadas proporcionando um reforço a dinâmica econômica do período, em especial do *hinterland* brasileiro.

O setor de serviços é um caso à parte, observa-se um momento favorável nos anos 2009-2017. Esse maior dinamismo no setor dar-se devido ao fato de que em períodos de crise esse setor apresenta-se como absorvedouro para muitos trabalhadores que perdem seus empregos nos demais setores. A partir de 2009 diversos segmentos econômicos começam a reduzir suas taxas de crescimento, favorecendo o desemprego que foi amortecido pelo setor de serviços, corroborando com a hipótese que norteou o estudo. Mas o potencial de amortecimento não funciona por muito tempo, principalmente se políticas econômicas de caráter recessivo forem implantadas como ocorreu em 2015 e 2016, levando a recessão profunda da economia, reverberando na queda do Produto Interno Bruto acumulado nos anos mencionados em mais de 7%.

Em resumo, considerando os dados encontrados, é possível inferir que há um processo de reconfiguração espacial do emprego nos estados brasileiros, com estruturas produtivas regionais de atividades mais ligadas aos segmentos urbanos das regiões Norte e Nordeste. De uma maneira geral, analisando este processo, observou-se que há uma dinâmica que vem se modificando, em função das políticas públicas empregadas e das características do mercado de trabalho que se configurou na economia regional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Denis Fernandes. **Estrutura produtiva e desigualdade intermunicipal de renda no Brasil: uma abordagem regional**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

AZZONI, C. Distribuição pessoal de renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil: 1960, 1970, 1980 e 1991. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 251–278, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/3asLZUH>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

AZZONI, C. R. **Setor terciário e concentração regional no Brasil**. In: \_\_\_\_. Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. BARBOSA FILHO, F. H.; MOURA, R. L. Evolução recente da informalidade no Brasil: Uma análise segundo características da oferta e demanda de trabalho. Texto para Discussão - IBRE/FGV. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2z1g9Ax>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão, 2015.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

- BREITBACH, A. C. M. Estudo sobre o conceito de região. **Ensaio FEE**, v. 8, n. 13, 1988.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, Parte B, 1966.
- DOMINGUES, E. P. *et al.* **Organização territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão**. In: \_\_. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. Brasília: IPEA, 2006. p. 193–230. Disponível em: <<https://bit.ly/2wAz6ZU>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- DUBEY, Vinod. The definition of regional economics. **Journal of Regional Science**, v. 5, n. 2, p. 25-29, 1964.
- DUNN, E. S. A statistical and analytical technique for regional analysis. **Papers in Regional Science**, v. 6, n. 1, p. 97–112, 1960. Disponível em: <<https://bit.ly/2wJS9RE>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. **La desigualdad interregional en Europa y en España: descripción y análisis en: Crecimiento y convergencia regional en España y Europa**. Bellaterra, Barcelona: Campus UAB, 1994.
- ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. Regional convergence in Europe and the industry mix: a shift-share analysis. **Regional science and urban economics**, v. 30, n. 3, p. 353–364, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/3ass3B3>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. Shift-and share analysis revisited. **Regional and Urban Economics**, v. 2, p. 249–261, 1972. Disponível em: <<https://bit.ly/3aufZ2e>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- GONÇALVES JÚNIOR, C. A.; GALETE, R. A. O método estrutural-diferencial: aplicação da adaptação de Herzog e Olsen para a microrregião de Maringá frente à economia paranaense 1994/2008. **Informe Gepec**, v. 14, n. 2, p. 149–165, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3bxGVhS>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- HADDAD *et al.* **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.
- HERZOG JÚNIOR, H. W.; OLSEN, R. J. Shift-share analysis revisited: The allocation effect and the stability of regional structure. **Journal of Regional Science**, v. 17, n. 3, p. 441–454, 1977. Disponível em: <<https://bit.ly/33X8Gh9>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- HERZOG JÚNIOR, H. W.; OLSEN, R. J. Shift-share analysis revisited: The allocation effect and the stability of regional structure. **Journal of Regional Science**, v. 17, n. 3, p. 441–454, 1977. Disponível em: <<https://bit.ly/33X8Gh9>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA/IBGE**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dwJe6y>>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- KON, A. **Economia de Serviços**. São Paulo: Elsevier, 2004.

MATTEO, Miguel. **Heterogeneidade regional**. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2OAqo6S>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MCKEE, D. **Growth, development and the service economy in the thirdworld**. New York: Praeger, 1988.

NASSER, Bianca. **Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. 2000.

PEROBELLI, F. S. *et al.* Avaliação espacial das fontes de crescimento de um conjunto de commodities agrícolas brasileiras exportáveis entre 2003-2013. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 14, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2wCmHou>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PERROUX, F. Notes sur la notion de pôle de croissance. **Economie appliquée**, n. 8, p. 307–322, 1955. Disponível em: <<https://bit.ly/33SLWPh>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007.

SANTOS, A. M. M. M.; COSTA, C. S. **Características gerais do varejo no Brasil**. São Paulo: BNDES Setorial. 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/2ROieq7>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SANTOS, J. M.; JUSTO, W. R. Avaliação do perfil do emprego urbano no estado do Ceará: 1990–2010. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 16, n. 29, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RI1JeW>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SHIKIDA, P. F. A.; ALVES, L. R. A. Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense. **Nova Economia**, v. 11, n. 2, p. 123–149, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2UHPS1o>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SIMÕES, R. *et al.* **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG - Textos para Discussão. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/39tv4Qk>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STILWELLI, F. J. Regional growth and structural adaptation. **Urban Studies**, v. 6, p. 162–178, 1969. Disponível em: <<https://bit.ly/3dFRe58>>. Acesso em: 11 fev. 2021.